

(“Companhia”)
CNPJ nº 15.111.975/0001-64 - NIRE 35.300.470.001

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://flip.gazetasp.com.br>

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTENTICIDADE DA PAGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://frip.gazetasp.com.br>

	Direitos carteira clientes	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma	Licenças e direitos autorais e de uso	Implantação de software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	26.074	16	8.349	122	1.074	35.635
Custo						
Adições				922	45	967
Baixas	(9.795)	—	—	—	—	(9.795)
Amortização						
Adições	(5.025)	(10)	(1.797)	(957)	(145)	(7.934)
Baixas	2.092	—	—	—	—	2.092
Em 31 de dezembro de 2023	13.346	6	6.552	87	974	20.965

13. Depósitos:
Saldo de clientes disponível (a)

31/12/2024	31/12/2023
530.927	290.132
530.927	290.132

(a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22.

14. Empréstimos:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
19/03/2024	—	5.022
28/10/2024	—	4.303
17/02/2025	7.043	—
16/06/2025	5.025	—
28/02/2026	—	14.464
13/11/2026	5.413	7.056
28/06/2027	11.673	—
	29.154	30.845
Circulante	19.548	18.340
Não Circulante	9.606	12.505
	29.154	30.845

(a) Trata-se de empréstimos com bancos de primeira linha, onde a taxa média de juros é de CDI + 4,55% ao ano.

14.1. Movimentação dos empréstimos:

31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	30.845
Captação	12.000
Juros	4.836
Juros pagos	(4.814)
Pagamento de principal	(13.713)
Saldo final	29.154

15. Tributos e contribuições sociais:

31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	—
CSLL	—
	489
PIS	258
COFINS	1.346
ISS	464
INSS	2.109
FGTS	633
IRRF	1.286
Outros	200
	6.295
	6.295

16. Obrigações por transações de pagamento: Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

31/12/2024	31/12/2023
Saldo de clientes a liberar	660.215
Saldo a liberar - FIDC	173.102
	833.317

Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo:

31/12/2024	31/12/2023
Até 30 dias	334.784
de 31 a 90 dias	210.514
de 91 a 120	69.831
de 121 a 180	100.840
de 181 a 360	117.348
	833.317

17. Outros passivos:

31/12/2024	31/12/2023
Provisão de bônus a pagar	8.800
Provisão de férias	3.698
Fornecedores nacionais	8.904
Fornecedores internacionais	832
FIDC	5.098
Outros	416
	27.748

18. Contingências: O saldo de contingências em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.526 (R\$ 956 em 31 de dezembro de 2023) representa causas cíveis e tributárias classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia. Não temos processos trabalhistas.

31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	956
Provisão	570
Pagamentos	—
Saldo final	1.526

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 27.363 (R\$ 10.952 em 31 de dezembro de 2023). Em sua maioria estas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos titulares de cartões de crédito e versam sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a Iugu. Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis.

19. Transações com partes relacionadas: Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração.

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Natureza			
IJOF	(114)	(196)	(193)
Juros passivos	(7.647)	(12.561)	(15.321)
Outras despesas financeiras	(1.171)	(2.088)	(937)
Total de despesas financeiras	(8.932)	(14.845)	(16.451)
22. Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BACEN nº 198/22. A Companhia está comprometida com a criação e entrega de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. A gestão da empresa reconhece a importância de Conformidade em várias áreas, incluindo a qualidade dos produtos e serviços, seja na segurança no trabalho, proteção de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.			
Organização de Risco: A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. Para suportar essa estrutura de gerenciamento de riscos a Iugu possui a seguinte política, assim como:			
• Política de gestão de risco em liquidez: É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito. Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito. A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:			
• Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;			
• Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;			
• Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;			
• Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;			
• Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais. Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.			
Gestão Riscos e Capital: A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequação mensuração de sua exposição aos riscos. Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de			
2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	
Recalcula bruta	150.681	273.657	181.555
(-) PIS sobre serviços	(2.435)	(4.423)	(2.889)
(-) COFINS sobre serviços	(11.214)	(20.370)	(13.305)
(-) ISS sobre serviços	(3.123)	(5.625)	(3.715)
	133.909	243.239	161.646
	1,65%		
	7,60%		
	2,00% e 2,90%		

21. Resultado: 21.1. Receita de intermediação financeira:

2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	150.681	273.657
(-) PIS sobre serviços	(2.435)	(4.423)
(-) COFINS sobre serviços	(11.214)	(20.370)
(-) ISS sobre serviços	(3.123)	(5.625)
	133.909	243.239

21.2. Despesas por natureza: As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

Natureza	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Tarifas de boletos e adquirentes	(47.776)	(98.577)	(69.121)
Salários	(23.156)	(51.637)	(51.537)
Outras provisões operacionais (a)	(20.344)	(25.640)	(9.762)
Encargos	(7.353)	(14.210)	(12.117)
Assessoria, auditoria interna e consultoria	(12.088)	(21.559)	(19.194)
Auditoria externa (b)	(202)	(341)	(306)
Benefícios	(5.479)	(10.499)	(9.415)
Marketing e propaganda	(2.697)	(5.089)	(4.497)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.770)	(5.549)	(5.327)
Outras receitas (despesas) operacionais (c)	(19.123)	(23.597)	719
Custo processamento de dados	(11.077)	(19.489)	(9.369)
Depreciação e amortização	(3.909)	(8.225)	(7.524)
Impostos sobre importação de serviços	(1.831)	(3.503)	(2.164)
Contingências	(187)	(572)	(405)
Tarifas de transferências	(361)	(694)	(451)
Telefonia e internet	(675)	(807)	(599)
Eventos e confraternizações	993	2.011	1.261
(-) PIS	4.573	9.261	6.112
(-) COFINS	(153.462)	(278.716)	(194.527)
	(61.654)	(118.769)	(77.135)
Custo dos serviços prestados	(35.939)	(76.239)	(72.922)
Despesas de pessoal e encargos	(25.144)	(47.098)	(39.941)
Despesas gerais e administrativas	(20.530)	(26.146)	(8.721)
Provisões operacionais			
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(10.195)	(10.464)	4.192
	(153.462)	(278.716)	(194.527)

(a) O saldo mencionado refere-se às provisões para perdas operacionais constituídas pela Companhia no decorrer do exercício de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 7. (b) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 31 de dezembro de 2024. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2024 é de R\$ 262. (c) O saldo em análise refere-se, principalmente, à realização da baixa da provisão operacional, a qual se refere a valores com prazo superior a cinco anos.

21.3. Resultado financeiro:

Natureza	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	28.769	50.392	32.854
Ajuste a valor de mercado - FIDC	14.580	24.393	10.781
Cotas FIDC	854	1.538	1.348
Outras receitas financeiras	579	1.025	224
(-) PIS não cumulativo	(257)	(482)	(206)
(-) COFINS não cumulativo	(1.579)	(2.967)	(1.269)
Total de receitas financeiras	42.946	73.899	43.732

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro ou são considerações relevantes quanto, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas

de controle de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.

Organização de Risco: A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. Para suportar essa estrutura de gerenciamento de riscos a Iugu possui a seguinte política, assim como:

• Política de gestão de risco em liquidez: É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito. Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito. A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:

• Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;

• Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;

• Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;

• Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;

• Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais. Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.

Gestão Riscos e Capital: A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequação mensuração de sua exposição aos riscos. Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de

2º semestre 2024

31/12/2024	31/12/2023
Salários	150.681
Encargos	(2.435)
Assessoria, auditoria interna e consultoria	(11.214)
Auditoria externa (b)	(3.123)
Benefícios	(12.088)
Marketing e propaganda	(2.697)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.770)
Outras receitas (despesas) operacionais (c)	(19.123)
Custo processamento de dados	(11.077)
Depreciação e amortização	(3.909)
Impostos sobre importação de serviços	(1.831)
Contingências	(187)
Tarifas de transferências	(361)
Telefonia e internet	(675)
Eventos e confraternizações	993
(-) PIS	4.573
(-) COFINS	(153.462)
Custo dos serviços prestados	(61.654)
Despesas de pessoal e encargos	(35.939)
Despesas gerais e administrativas	(25.144)
Provisões operacionais	(20.530)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(10.195)
	(153.462)

(a) O saldo mencionado refere-se às provisões para perdas operacionais constituídas pela Companhia no decorrer do exercício de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 7. (b) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 31 de dezembro de 2024. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2024 é de R\$ 262. (c) O saldo em análise refere-se, principalmente, à realização da baixa da provisão operacional, a qual se refere a valores com prazo superior a cinco anos.

21.3. Resultado financeiro:

Natureza	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	28.769	50.392	32.854
Ajuste a valor de mercado - FIDC	14.580	24.393	10.781
Cotas FIDC	854	1.538	1.348
Outras receitas financeiras	579	1.025	224
(-) PIS não cumulativo	(257)	(482)	(206)
(-) COFINS não cumulativo	(1.579)	(2.967)	(1.269)
Total de receitas financeiras	42.946	73.899	43.732

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro ou são considerações relevantes quanto, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas

de controle de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.

Organização de Risco: A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. Para suportar essa estrutura de gerenciamento de riscos a Iugu possui a seguinte política, assim como:

• Política de gestão de risco em liquidez: É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito. Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito. A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:

• Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;

• Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;

• Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;

• Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;

• Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais. Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.

Gestão Riscos e Capital: A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequação mensuração de sua exposição aos riscos. Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de

2º semestre 2024

31/12/2024	31/12/2023
Salários	150.681
Encargos	(2.435)
Assessoria, auditoria interna e consultoria	(11.214)
Auditoria externa (b)	(3.123)
Benefícios	(12.088)
Marketing e propaganda	(2.697)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.770)
Outras receitas (despesas) operacionais (c)	(19.123)
Custo processamento de dados	(11.077)
Depreciação e amortização	(3.909)
Impostos sobre importação de serviços	(1.831)
Contingências	(187)
Tarifas de transferências	(361)
Telefonia e internet	(675)
Eventos e confraternizações	993
(-) PIS	4.573
(-) COFINS	(153.462)
Custo dos serviços prestados	(61.654)
Despesas de pessoal e encargos	(35.939)
Despesas gerais e administrativas	(25.144)
Provisões operacionais	(20.530)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(10.195)
	(153.462)

(a) O saldo mencionado refere-se às provisões para perdas operacionais constituídas pela Companhia no decorrer do exercício de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 7. (b) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 31 de dezembro de 2024. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2024 é de R\$ 262. (c) O saldo em análise refere-se, principalmente, à realização da baixa da provisão operacional, a qual se refere a valores com prazo superior a cinco anos.

21.3. Resultado financeiro:

Natureza	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	28.769	50.392	32.854
Ajuste a valor de mercado - FIDC	14.580	24.393	10.781
Cotas FIDC	854	1.538	1.348
Outras receitas financeiras	579	1.025	224
(-) PIS não cumulativo	(257)	(482)	(206)
(-) COFINS não cumulativo	(1.579)	(2.967)	(1.269)
Total de			